



Aos Senhores Licitantes,

Informamos a licitação para **Registro de Preços objetivando a futura e eventual aquisição de materiais e produtos de higiene e limpeza e copa e cozinha, de forma parcelada ao longo do exercício de vigência, destinados a atender as necessidades em âmbito do CISNORTE-MG.**

Para agilizarmos a fase de lances, a proposta para preenchimento e importação encontra-se no arquivo enviado a parte do edital (formato Excel).

Assim, aquelas empresas que retirarem o edital pelo sítio oficial do CISNORTE municipal, **deverão entrar em contato com a pregoeira, pelo e-mail licitacao@cisnorte.com.br**, para receberem a proposta para preenchimento e importação que encontra-se no arquivo enviado a parte do edital (formato Excel).

Ao realizar o preenchimento da proposta em formato excel, a Licitante deve atentar aos seguintes passos:

1) Para preenchimento no computador:

O Arquivo encontra-se protegido, devendo ser preenchido somente os campos: **CNPJ, Razão Social, Valor Unitário e Marca;**

Obs.; Não esqueça de preencher a planilha de dados da licitante, onde contempla os contatos futuros com a mesma;

2) Posteriormente ao preenchimento da proposta, a mesma poderá ser apresentada em CD-ROM e / ou "pen drive" para importação com sucesso para o sistema de pregão, agilizando assim a fase de lances. **(Gentileza utilizar o arquivo enviado e não alterar o formato quando salvar; não fazer um arquivo novo, nem mesmo modificar o nome salvo quando baixar, pois assim não será possível a importação p/ o sistema).**

Qualquer dúvida estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Att,

THAIS BRAGA BOTELHO.
Pregoeira.



INSTRUMENTO CONVOCATORIO/EDITAL Nº 011/2023 (REGISTRO DE PREÇOS)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 024/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023

OBSERVAÇÃO: PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE, MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS, DO RAMO PERTINENTE AO OBJETO LICITADO, QUE ATENDAM ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, COMO DETERMINA O INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES.

PREÂMBULO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NORTE DE MINAS - CISNORTE/MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede Administrativa na Rod. MG 202 nº 1165 - Bairro Vale Verde I - CEP: 39.330-000 - Brasília de Minas/MG, inscrito no CNPJ nº 00.905.312/0001-44, isento de inscrição estadual, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. **Danilo Wagner Veloso**, representado pelo Sr. **Delson Fernandes Antunes Junior**, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília de Minas/MG, por intermédio da Pregoeira Oficial do CISNORTE, Sra. Thaís Braga Botelho, devidamente habilitada e nomeada através da Portaria nº 010, de 04 de março de 2023, torna público que fará a realização de licitação objetivando a seleção de proposta mais vantajosa para procedimentos de Registro de Preços objetivando a futura e eventual “aquisição de materiais e produtos de higiene e limpeza e copa e cozinha, de forma parcelada ao longo do exercício de vigência, destinados a atender as necessidades em âmbito do CISNORTE-MG”, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Diretoria Executiva do CISNORTE, objeto do Processo Licitatório Nº 024/2023 - Pregão Presencial nº 007/2023, conforme descrito no item 02 (dois), do tipo “Menor Preço”, tendo como critério de julgamento por “Preço Unitário”, com regime de execução da futura ata de registro de preços ou do futuro e eventual contrato administrativo “Indireta - Empreitada por Preço Unitário”, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº. 8.666/93, a ser regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2003, e pelo Regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com os Ditames do Decreto Federal nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta os procedimentos de registro de preços e em observância ao que prescreve a Lei Complementar nº. 123/06, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014, e mediante ainda as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório/edital, conforme detalhado no anexo I - termo de referência e em observância ao teor do anexo II - minuta da ata de registro de preços, ao teor do anexo III - minuta do eventual contrato administrativo e demais anexos, cujos envelopes contendo “Propostas de Preços e Documentação de Habilitação”, deverão ser entregues na data, local e horários abaixo identificados:

1. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

- a) LOCAL: Rod. MG 202 nº 1165 - Bairro Vale Verde I - CEP: 39.330-000 - Brasília de Minas-MG - Departamento de Licitações
- b) DATA: Até o dia 06/09/2023
- c) HORÁRIO: Até às 09h:00min

1.2 DA ABERTURA DOS ENVELOPES

1.2.1 A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública, conforme abaixo indicado:



- a) LOCAL: Rod. MG 202 nº 1165 - Bairro Vale Verde I - CEP: 39.330-000 - Brasília de Minas-MG - Departamento de Licitações
- b) DATA: 06/09/2023
- c) HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO: de 09h:00min às 09h:30min
- d) HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h:30min

1.3. A sessão de processamento do presente Pregão Presencial será realizada na sala de reunião do Departamento de Licitações, situada no prédio onde funciona sede administrativa do CISNORTE, Rod. MG 202 nº 1165 - Bairro Vale Verde I - CEP: 39.330-000 - Brasília de Minas-MG, iniciando-se no dia e horário constante no subitem 1.2 deste instrumento e, será conduzida pela Pregoeira Oficial do CISNORTE, devidamente habilitado e nomeado, através da Portaria nº 004, de 03 de março de 2022, com o auxílio da Equipe de Apoio, todos servidores do CISNORTE.

1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data e horário mencionados no subitem 1.2, a presente licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação, a seleção de proposta mais vantajosa para procedimentos de Registro de Preços objetivando a futura e eventual aquisição de materiais e produtos de higiene e limpeza e copa e cozinha, de forma parcelada ao longo do exercício de vigência, destinados a atender as necessidades em âmbito do CISNORTE-MG., em atendimento à solicitação Diretoria Executiva do CISNORTE, conforme detalhado no anexo I - termo de referência, e de acordo com o teor do anexo II - minuta da ata de registro de preços e do anexo III - minuta do contrato administrativo, e de acordo ainda com os ditames da Lei Federal nº. 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, e de acordo ainda com as regras do Decreto Federal nº. 7.892/13, que regulamenta os procedimentos de registro de preços, e em observância aos ditames da Lei Complementar nº. 123/06 e Lei Complementar nº. 147/14, instrumentos estes que integram e completa o presente instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, independentemente de transcrição.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Será permitida a participação da presente licitação somente pessoa jurídica que se enquadre como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparada, do ramo pertinente ao objeto licitado, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, inscrita ou não no Cadastro de Registro do CISNORTE, exercício de 2022, e que manifestem seu interesse até a data e hora especificada no item 01 (um), mediante a apresentação dos envelopes contendo "proposta comercial de preços e envelope contendo documentação habilitação", os quais poderão ser protocolados no departamento de licitação ou entregue diretamente à Pregoeira no ato do credenciamento.

3.1.2. Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio¹;

3.2. Estarão impedidas de participar direta ou indiretamente desta licitação:

3.2.1. Pessoa jurídica cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores do CISNORTE, pregoeira ou membro da equipe de apoio, bem como membro efetivo ou substituto da comissão permanente de licitação;

3.2.2. Pessoa jurídica que estejam incurso em regime de falência ou concordata, ou que incida em proibição legal de contratar com a Administração Pública o que inclui o CISNORTE;

¹ Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação da participação de empresas em "consórcio" neste certame.



3.2.3. Pessoa jurídica que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com Administração Pública o que inclui o CISNORTE.

3.3. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste instrumento convocatório/edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

3.3.1. Havendo interesse em participar do certame, a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada, optante ou não pelo sistema simples, conforme estabelece os ditames da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá disponibilizar instrumento que a qualifique como tal, devendo o respectivo instrumento ser anexado junto com a documentação de credenciamento, as empresas que não tiverem representante para participação da Sessão Pública do Pregão deverá apresentar e enfeixar no envelope 01, sob pena de perda do gozo das prerrogativas da supra citada lei complementar.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Até 05 (cinco) dias corridos antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este instrumento convocatório/edital, conforme prescreve o § 1º do art. 41 da Lei Federal de Licitação nº. 8.666/93, devendo protocolar o pedido no Departamento de Licitações, localizado na Rod. MG 202 nº 1165 - Bairro Vale Verde I - CEP: 39.330-000 - Brasília de Minas-MG, cabendo a Pregoeira Oficial do CISNORTE decidir sobre o requerimento no prazo de 03 (três) dias a contar da data do recebimento do instrumento, onde não serão aceitos eventuais instrumentos de impugnação enviados via e-mail ou fac-símile.

4.2. Considerando o princípio da celeridade para os procedimentos do desfecho de pregão, decairá do direito de impugnar os termos do presente instrumento convocatório/edital de licitação perante ao CISNORTE o proponente licitante que não o fizer até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, decorrentes de falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, conforme prescreve o § 1º do art. 12 do Decreto Federal nº. 3.555/00, cabendo a Pregoeira Oficial do Cisnorte, decidir sobre o requerimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que não serão aceitos eventuais instrumentos enviados por e-mail ou fac-símile.

4.3. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório/edital, será designada nova data para a realização do certame.

4.4. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, desde que após a apreciação da impugnação o processo siga seus tramites normais.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1. O representante da proponente licitante deverá se apresentar, para credenciamento junto à Pregoeira Oficial do CISNORTE, munido dos documentos que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas de lances verbais.

5.2. Cada proponente licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste instrumento convocatório/edital, por sua representada.

5.3. O representante da proponente/licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto à Pregoeira Oficial do CISNORTE, no ato da abertura do certame, ou seja, no local, data e horário definido no subitem 1.2 deste instrumento convocatório/edital, documento que o credencie a participar deste certame, conforme segue:

5.3.1. Tratando-se de sócios ou diretores, deverá ser apresentada cópia do instrumento legal, qual seja, estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo apresentar ainda cópia da sua identidade civil;



5.3.2. Tratando-se de representante, o mesmo deverá apresentar carta de credenciamento, (conforme modelo em anexo), ou procuração por instrumento público ou particular, com reconhecimento de firma do outorgante, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado de cópia de sua identidade civil com respectiva foto, e acompanhado ainda do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, que comprove os poderes do outorgante;

5.3.3. Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão, onde no caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião ou pela Pregoeira Oficial do CISNORTE ou por membro da sua equipe de apoio antes da hora definida para a abertura do certame conforme detalhado no item 01.

5.4 Os procedimentos de credenciamentos dar-se-á no ato da abertura do certame onde a não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá o representante de manifestar durante o desfecho do certame, porém não impedirá a empresa proponente licitante de participar do presente certame, valendo como lance final o valor registrado em sua proposta de preços.

5.5 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

5.6. A COMPROVAÇÃO DE SE TRATAR DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADA, DEVERÁ OCORRER NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, QUE PODERÁ SER FEITA ATRAVÉS:

a) Em se tratando de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, Documento de Enquadramento de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), emitido pela junta comercial, ou comprovante de inscrição junto ao simples nacional emitida pelo sítio <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21>;

b) A Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial terá obrigatoriamente que ter sido emitida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, conforme item 11.26 deste edital;

c) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 (ANEXO VIII);

d) Cartão CNPJ;

5.7. Deverá ser apresentado junto ao credenciamento: declaração de pleno atendimento, conforme Anexo IV.

5.8. As empresas que não tiverem representante para participação da Sessão Pública do Pregão deverão apresentar os documentos relacionados no item 5.6 e 5.7 juntamente ao envelope de propostas e terão seus preços finais registrados de acordo com os apresentados nas Propostas Comerciais e, automaticamente, não poderão questionar sobre possíveis recursos administrativos.

5.9. Não farão jus aos benefícios, as empresas que incorrerem nos impedimentos indicados no §4º, do artigo 3º, da LC 123/2006 e suas alterações.

5.10. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

6. PROCEDIMENTOS DE ENTREGA DOS ENVELOPES

6.1. Os envelopes contendo a Proposta Comercial de Preços bem como a Documentação necessária à Habilitação, deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e rubricados nos invólucros dos mesmos e entregues diretamente à Pregoeira Oficial do CISNORTE, até a data e horário definido no subitem 1.1 alíneas "b" e "c" do presente instrumento, sob pena de recusa do seu recebimento e conseqüentemente impedimento de participar do certame.

7. ENVELOPE CONTENDO PROPOSTA COMERCIAL

7.1. O envelope em referência deverá ser preferencialmente na cor palha e deverá indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:



AO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NORTE DE MINAS - CISNORTE/MG

ATT. PREGOEIRA OFICIAL DO CISNORTE

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

PROCESSO LICITATORIO Nº 024/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

(NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)

8. ENVELOPE CONTENDO DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. O envelope em referência deverá ser preferencialmente na cor palha e deverá indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

AO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NORTE DE MINAS - CISNORTE/MG

ATT. PREGOEIRA OFICIAL DO CISNORTE

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 024/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

(NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)

9. DA PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

9.1. A Proposta Comercial de Preços deverá ser elaborada em linguagem nacional (portuguesa), cotada em moeda nacional, descrevendo na coluna correspondente o valor unitário do item expresso em numeral **com número máximo de duas casas decimais após a vírgula (0,00)** e o valor total estimado de cada item, valor este conhecido multiplicando os valores constantes na coluna de quantidade de cada item, pelo preço unitário, descrevendo ainda a marca do produto e em observação as descrições mínimas detalhadas no quadro do anexo I - Termo de Referência, e deverá constar ainda o valor total da proposta, descrito em algarismo e por extenso, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ainda a proposta ser datada e devidamente assinada pelo signatário da proponente/licitante, na última folha e rubricando as demais, sob pena de desclassificação da proposta.

9.2. Na formalização da proposta deverá ser incluído nos respectivos valores, as despesas diretas e indiretas tais como custo com mão de obra, acrescido de encargos sociais e trabalhistas, eventuais custos com impostos e taxas, bem como eventual alimentação, hospedagem e demais despesas decorrentes, considerando que os objetos serão entregues in loco (Brasília de Minas - sede do CISNORTE), isentando o CISNORTE de qualquer despesa adicional.

9.3. Deverá constar ainda no dorso da proposta de preços a expressão de que a mesma tem validade pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua emissão, conforme prescreve o art. 6º da lei 10.520/02 e em observância ao prescrito no § 3º do art. 64 da Lei 8.666/93, bem como a expressão de que caso seja declarada vencedora, se compromete a assinar a ata de registro de preços e ou eventual contrato administrativo, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da notificação expedida pelo Departamento de Licitação do CISNORTE, sob pena de desclassificação da proposta.

9.4. Fica vedada à proponente licitante qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

9.5. Reserva-se ainda ao CISNORTE em busca do interesse público e do princípio da economicidade, o direito de rever os preços ao longo do período de vigência da ata de registro de preços, bem como do eventual contrato administrativo a ser pactuado em observância ao descrito no art. 62 § 4º da Lei 8.666/93 e adequar aos novos valores praticados no mercado local.

9.6. Todas as condições estabelecidas no Anexo I considerar-se-ão tacitamente aceitas pela licitante no ato da entrega de sua proposta comercial.



9.7. A Proposta que não trazer no seu bojo o prazo de validade, ou apresentar prazo de validade diferente do que indicado no item 9.3, será considerada válida pelo período de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública.

10. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. O instrumento convocatório/edital, em epígrafe, é a lei interna, do presente procedimento administrativo licitatório, para tanto os documentos abaixo perquiridos são indispensáveis sob pena de inabilitação.

10.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA - (Art. 28)

- a) Registro Comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos membros da Diretoria;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA - (Art. 29)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Dívida Ativa da União e tributos administrados pela Receita Federal), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CND do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (Lei 12.440/2011).

10.4. DOCUMENTAÇÃO QUALIFICAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA - (Art. 31)

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da comarca sede da licitante. Não constando no documento o prazo de validade, este será de 90 (noventa) dias.

10.5 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – (Art. 30)

- a) Comprovação de aptidão através de atestado 01(um) ou mais atestado(s)/declaração(ões) de capacidade técnica, em nome da Licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando pactuação contratual para o fornecimento de insumos iguais ou semelhantes ao da presente licitação, em características, quantidades e prazos de execução, devendo o atestado conter além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Administração possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

A.1- O Município se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados/declarações, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos, Atas de Registro de Preço



ou Aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

b) Alvará Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária competente federal, estadual ou municipal da sede do domicílio do licitante, em vigor;

c) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitido pela ANVISA (Exigido somente para proponente de cosméticos e saneantes).

10.6. DECLARAÇÕES DIVERSAS

a) Declaração do conhecimento do ditame do instrumento licitatório e seus anexos, conforme modelo do Anexo IV, **onde constituindo representante esta declaração deverá ser entregue diretamente à Pregoeira oficial do CISNORTE, no ato do credenciamento, e na ocorrência de não constituir representante esta declaração deverá ser anexada junto com a proposta de preços e enfilexada no envelope 01, sob pena de impedimento para participar na licitação.**

b) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo V; **devendo esta declaração ser anexada junto com a documentação de habilitação envelope nº 02 (dois), sob pena de desclassificação.**

c) Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo para participação em licitação junto ao CISNORTE, conforme anexo VI. **Esta declaração deverá ser anexada também junto com a documentação de habilitação e colocada dentro do envelope nº 02 (dois) sob pena de desclassificação.**

Observações:

1. Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou autenticação feita por servidor do CISNORTE devidamente credenciado, desde que neste último caso o interessado apresente os documentos em originais acompanhados de cópia;

2. A não apresentação de qualquer documento exigido para a habilitação implicará na inabilitação da proponente/licitante

3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4. Com exceção de documentações extraídas via internet, toda documentação que for apresentada em sistema de cópia xérox a mesma deverá ser autenticada em cartório ou pelo servidor do setor de licitações, onde neste último caso é necessário apresentar o documento em original acompanhado de cópia xérox.

5. A licitante ME ou EPP, independentemente das prerrogativas da Lei Complementar nº. 123/06, Lei Complementar nº. 147/14, deverá apresentar as certidões perquiridas nas alíneas (b,c,d) do subitem 10.3, mesmo que vencidas, sob pena de inabilitação.

6. De acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº. 123/2006 e o art. 4º do Dec. n.º 6.204/2007, e em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº. 147/2014 e demais alterações, em se tratando a licitante vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte, e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CISNORTE, contados da decisão da Pregoeira que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado a Pregoeira convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou propor a revogação do Pregão.



11 DA ABERTURA DA SESSÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

11.1. A sessão de julgamento será realizada na sala de licitações, situada no prédio da Rod. MG 202 nº 1165 - Bairro Vale Verde I - CEP: 39.330-000 - Brasília de Minas-MG, na data e horário definido no subitem 1.2 e será conduzida pela Pregoeira Oficial do CISNORTE.

11.2. No dia, hora e local designados no instrumento convocatório/edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, possuir os necessários poderes para propositura de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

11.3. Os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, após constatada suas inviolabilidades, serão rubricados pela Pregoeira Oficial do CISNORTE e em seguida repassados para os representantes dos licitantes presentes ao ato, os quais lançarão suas respectivas rubricas.

11.4. Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

11.5. A Pregoeira oficial do CISNORTE procederá à abertura dos envelopes nº "01" contendo as propostas de preços, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no instrumento convocatório/edital, rubricando todas as folhas das propostas e repassará aos representantes das proponentes licitantes para o devido feito.

11.5.1. Uma vez realizada a abertura de todos os envelopes contendo propostas de preços e constatada a regularidade das mesmas, a Pregoeira oficial do CISNORTE em conformidade com os preceitos legais a classificará e ordenará a proposta de menor preço de cada item e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para cada item licitado.

11.6. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira oficial do CISNORTE ordenará as propostas de valores acima do previsto, qual seja acima de 10% (dez por cento), até completar o máximo de 03 (três) propostas, credenciadas a oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

11.7. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados pela Pregoeira Oficial do CISNORTE, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até proclamação do vencedor.

11.8. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio, para determinação da ordem de oferta dos lances.

11.9. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, pela Pregoeira Oficial, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida à disputa para toda a ordem de classificação.

11.10. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

11.11. Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

11.12. Não poderá haver desistência da manutenção de valores objeto de lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste instrumento convocatório/edital, em conformidade com os ditames legais.

11.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pela Pregoeira Oficial do CISNORTE, implicará no impedimento do representante da proponente licitante da etapa de lances verbais no item em julgamento porém será assegurada a este a manutenção do último preço por ele ofertado no ato da desistência de novo lance, para efeito de ordenação das propostas, porém não implicará na exclusão do certame, dado o julgamento dos demais itens.



11.13.1. Uma vez concluída a finalização da propositura de lance para o fornecimento de todos os itens previstos no anexo I - termo de referência, e diante de análise documental e se constatado que todos licitantes foram inabilitados nesta fase, o licitante desistente de ofertar novos lances, gozará do direito de ver sua avaliação da documentação por este apresentado, porém antes da abertura do envelope contendo a documentação, faculta-se a Pregoeira Oficial as prerrogativas de negociar com este a viabilidade de redução dos valores de cada item até o menor valor conhecido e que foi objeto de definição do licitante vencedor na fase de lance;

11.13.2. Na ocorrência da não concordância na redução dos valores conforme prescrito no subitem 11.13.1, faculta-se ainda a Pregoeira em busca de economicidade ao Erário, as prerrogativas de encerrar o certame, objeto de julgamento fracassada a licitação, e declinar pela abertura de novo processo licitatório.

11.14. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário proposto pela proponente licitante e confrontado o valor com o máximo que o CISNORTE se limita a pagar, facultando a Pregoeira Oficial em busca de economicidade, a prerrogativa de negociar diretamente com o representante da proponente licitante, para que seja obtido preço melhor, circunstanciando tudo em ata.

11.15. O encerramento da etapa de propositura de novos lances dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira Oficial, os representantes das proponentes licitantes, manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, circunstanciando tudo em ata.

11.16. Uma vez encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas de preços propostos para contratação, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira Oficial do Cisnorte, verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados no termo de referência, onde esta identifica o valor máximo que o CISNORTE poderá pagar pela contratação, desde que a proposta tenha sido formulada em conformidade com as especificações do presente instrumento convocatório/edital, decidindo, motivadamente, a respeito.

11.17. Será declarada vencedora na fase de propositura de lances, pela Pregoeira Oficial do Cisnorte, a proponente licitante que ao final da propositura de lances verbais, de cada item ofertar o menor preço por item, observada qual seja a previsibilidade descrita no subitem 11.16.

11.18. A Pregoeira Oficial do Cisnorte, no uso de suas atribuições prescritas nas legislações pertinentes poderá desclassificar a Proposta Comercial que:

11.18.1. Não se refira à integralidade do objeto;

11.18.2. Não atenda às exigências estabelecidas neste Edital ou em diligência;

11.18.3. Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei nº. 8.666/93.

11.18.4. Se a Pregoeira entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante demonstre a formação do seu preço, por meio de planilha de custos, justificativas e demais documentos comprobatórios;

11.18.5. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais;

11.18.6. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pela Equipe de Apoio, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com a Pregoeira, após diligência e mediante expressa anuência do licitante;

11.18.7. Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal;

11.18.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem no julgamento da proposta;



11.18.9. A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

11.19. Da sessão pública da presente licitação será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e das intenções de interposição de recursos.

11.20. A Sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto à Pregoeira Oficial do CISNORTE.

11.21. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

11.22. Sendo aceitável a proposta de menor preço unitário para o fornecimento de qualquer objeto da presente licitação, a Pregoeira Oficial do CISNORTE certificará aos presentes, o nome da proponente licitante vencedora da fase de lances, circunstanciando tudo em ata e certificará que será dado o início da abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da proponente licitante que ofertara o menor preço.

11.23. As proponentes licitantes deverão apresentar toda a documentação preferencialmente no original e quando não houver possibilidade, as cópias deverão ser legíveis, preferencialmente autenticadas em cartório competente e na falta desta condição, a autenticação poderá ser feita pela Pregoeira Oficial do CISNORTE no ato da abertura do certame e neste último caso a proponente licitante deverá apresentar documentação original acompanhada de cópia xérox legível, sob pena de não aceitação.

11.24. As empresas mesmo que beneficiadas pelas prerrogativas da Lei Complementar n°. 123/06, e pela Lei Complementar n°. 147/14, quais sejam Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal (certidões), mesmo que estas apresentem alguma restrição, dentre elas sua vigência estar vencida.

11.25. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, de documentos apresentados por Micro Empresas (ME) e ou por Empresas de Pequeno Porte (EPP), em conformidade com a Lei Complementar n°. 147, de 07 de agosto de 2.014, a estas serão assegurados o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeira Oficial do CISNORTE, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.25.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira oficial do CISNORTE;

11.25.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item (11.25), implicará decadência do direito a pactuação da Ata de Registro de Preços e à futura contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.26. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão; inexistindo a vigência de prazo, em algum documento, reputar-se-ão válidos por 60 (sessenta) dias, contados de sua expedição.

11.27. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste instrumento convocatório/edital, será inabilitado, e a Pregoeira Oficial do Cisnorte examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao instrumento convocatório/edital, para declarar o licitante vencedor para a celebração da ata de registro de preços.

11.28. Uma vez constatada que a proponente licitante que ofertara menor preço apresentou toda a documentação perquirida no instrumento convocatório, com regularidade, esta será declarada vencedora do certame, sendo adjudicado a esta pela Pregoeira Oficial do CISNORTE o item correspondente que será objeto de registro na ata de registro de preços.



11.29. É facultado à Pregoeira Oficial do CISNORTE com o auxílio da equipe de apoio, o direito de promover quaisquer diligências, ou solicitar esclarecimentos necessários à instrução do presente processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente da proposta, conforme prescreve o art. 43 § 3º da Lei Federal nº. 8.666/93.

11.30. Encerrada a sessão de julgamento do certame e antes da finalização da ata, a Pregoeira Oficial do CISNORTE, certificará aos presentes que aquele é o momento findo para manifestar interesse na interposição de recurso, sob pena de decair do direito, devendo o interessado apresentar os memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil da data do julgamento do certame.

12 DOS RECURSOS NA FASE HABILITATÓRIA

12.1. Desde que registrado em ata a intenção de interpor recurso, o representante da Proponente Licitante interessada na interposição de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil da data do julgamento do certame, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, qual seja 03 (três) dias úteis, que começarão a correr no primeiro dia útil do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, devidamente registrada em ata importará a decadência do direito de recurso, conforme prescreve o inciso XX do art. 4º da Lei 10.520/02.

12.3. As razões recusas e as contra-razões, deverão ser dirigidas ao Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas - CISNORTE/MG, em atenção da Diretoria Executiva, aos cuidados da Pregoeira Oficial do Cisnorte, o qual reavaliará sua decisão à luz do direito, perquirindo o princípio da legalidade, decidindo motivadamente a respeito, dentro do prazo legal.

12.4. Para validade e eficácia das pretensas recursais, os instrumentos deverão ser protocolados em tempo hábil, junto ao Departamento de Licitações sito à Rod. MG 202 nº 1165 - Bairro Vale Verde I - CEP: 39.330-000 - Brasília de Minas-MG, não se admitindo quaisquer instrumentos formalizados e enviados por meios eletrônicos (e-mail, fac-símile e ou outros meios eletrônicos), sendo facultado o direito do envio via correios, desde que o instrumento seja entregue pelo correio no prazo legal.

12.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Decididos os recursos, a Pregoeira Oficial do CISNORTE remeterá os autos à Procuradoria Geral, para o devido parecer jurídico inerente a questão, e após o feito os autos serão encaminhados à Autoridade Máxima do CISNORTE, para fins exaração do Despacho de Adjudicação conforme prescreve o inciso XXI do art. 4º da Lei 10.520/02.

13 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E OU DO EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

13.1. Em observância ao estabelecido no art. 11, inciso XX do Decreto Federal nº. 3.555/00, o resultado do julgamento será submetido à Autoridade Máxima do CISNORTE, para o devido Despacho de homologação conforme prescreve o art. 4º inciso XXII da Lei Federal nº. 10.520/02.

13.2. Após a homologação dos atos da Pregoeira Oficial do CISNORTE a Adjudicatária será notificada formalmente, a retirar o instrumento denominado "Ata de Registro de Preços" e a restituí-la devidamente assinada pelo representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse feito o prazo de 03 (três) dias úteis.

13.3. É facultado ao CISNORTE, quando convocada a Adjudicatária vencedora e esta não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, não apresentar situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme prescreve o presente instrumento convocatório/edital convocar as proponentes licitantes remanescentes, na ordem de classificação, não se aplicando a estes as sanções previstas neste instrumento



convocatório/edital, no anexo II - Ata de Registro de Preços e em observância no que couber ao que prescreve o anexo III - minuta do contrato administrativo.

13.4. Além das prerrogativas previstas no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, em observância aos ditames do art. 12 da Portaria nº 011/2021 do CISNORTE, que permite aditamento para acréscimo ou supressão de quantitativos, durante a vigência da ata de registro de preços, os valores contratados, serão passivos de revisão e adoção de procedimentos objetivando adequação dos preços, objeto de pesquisa de preços praticado no mercado.

14. DA VIGENCIA E DO DIREITO DO USO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A vigência da Ata de Registro Preços será o período de um ano conforme estabelece o art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93 e não será objeto de prorrogação.

14.2. Por força de legislação pertinente a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer entidade da Administração Pública, através do procedimento de carona, mediante prévia consulta ao (Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE), para que este identifique os possíveis fornecedores, possíveis quantitativos disponíveis e respectivos preços a serem praticados, e realize formalmente consulta ao detentor da Ata de Registro de Preço se há interesse em celebrar contratação com o “Caroneiro”, ou seja, Órgão da Administração Pública, isentando o CISNORTE de qualquer corresponsabilidade decorrente da futura contratação, conforme detalhado no anexo II - minuta da ata de registro de preços.

14.3. Conforme descrito no subitem anterior, caberá à empresa Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não na celebração de contrato com o “Caroneiro”, quando os quantitativos forem superiores aos previstos na Ata de Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, dado que é sabido que o direito do “Caroneiro” em adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos e valores registrados na “Ata de Registro de Preços”.

14.4. Conforme circunstanciado na Portaria nº 011/2021 do CISNORTE, o direito de participar como caroneiro na ata de registro de preços, limita-se ao quádruplo dos quantitativos dos itens detalhados na ata de registro de preços, conforme detalhado no subitem 3.7 do anexo I - termo de referência.

14.5. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993, podendo ser alterados conforme disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

15. DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

15.1. DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1.1. A Ata de Registro de Preços - anexo II, é um instrumento que serve de base para futuras e eventuais contratações, no entanto é um instrumento pactuado entre as partes e assemelha em parte ao contrato administrativo, onde consta as respectivas obrigações e as penalidades aplicáveis por descumprimento da obrigação, tal qual as definidas no instrumento convocatório/edital e na minuta do contrato administrativo - anexo III.

15.1.2. A Ata de Registro de Preços, terá a vigência improrrogável de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, conforme estabelece o art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

15.1.3. As solicitações dos materiais objeto desta licitação devidamente registrados na “Ata de Registro de Preços”, será precedida de ordem de compra específica e nota de empenho, ficando estabelecido entre as partes que estes instrumentos resguardam todos os direitos e obrigações, independentemente da não transcrição.

15.1.4. Aplica-se na Ata de Registro de Preços as prerrogativas da Portaria nº 011/2021 do CISNORTE.

15.2. DA MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

15.2.1. Conforme estabelece o art. 62 § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, a minuta do “Contrato Administrativo” faz parte integrante do instrumento convocatório/edital, facultado ao CISNORTE, na sua celebração.



15.2.2. E conforme estabelece o caput e o § 4º do art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, o “Contrato Administrativo” poderá ser utilizado eventualmente e a efetiva contratação poderá ser substituído por simples ordem de fornecimento e ou requisição devidamente empenhada a critério exclusivo do CISNORTE.

15.2.3. O contrato será formalizado nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A licitante vencedora do certame que for convocada formalmente dentro do prazo de validade da sua proposta e, que se recusar injustificadamente a retirar a “Ata de Registro de Preços” ou eventual contrato administrativo, e devolvê-los devidamente assinada no prazo de 03 (três) dias, apresentar pendências junto aos cadastros do CISNORTE, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços ou do eventual contrato administrativo, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio ao contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o CISNORTE, e será descredenciada no sistema de cadastramento de fornecedores, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global estimado na Ata de Registro de Preços ou eventual contrato administrativo, devidamente assinada pelas partes, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na minuta de contrato administrativo, em anexo, e das demais cominações legais.

11.2. Na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações avençadas na Ata de Registro de Preços ou no eventual contrato administrativo, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, será a ela aplicada, segundo a gravidade da falta cometida, as sanções estabelecidas ainda na minuta de contrato administrativo - anexo III que é parte integrante do instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, tudo isto em conformidade com a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

16.3. A Adjudicatária, pela inexecução total ou parcial do ajuste pactuado na “Ata de Registro de Preços” ou no eventual “Contrato Administrativo”, sujeitar-se-á ainda as seguintes sanções, sem prejuízo das demais estabelecidas pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, de:

16.3.1. Advertência;

16.3.2. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CISNORTE, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme estabelece o art. 7º da lei 10.520/02;

16.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CISNORTE ou com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

16.3.4. Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor registrado na “Ata de Registro de Preços” ou no eventual contrato administrativo, por irregularidade formal, e que eventualmente cause prejuízo ao erário;

16.3.5. No caso de reincidência será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor global estimado do contrato administrativo, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços quando for o caso, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela Diretoria Executiva do CISNORTE.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas objeto da presente licitação serão suportadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

011110.122.0002.2001- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS- 3339030000000- Material de Consumo - ficha 9

012110.302.0002.2002- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM SAUDE - 3339030000000- Material de Consumo - ficha 23



013110.302.0002.2003- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE EM SAUDE- 3339030000000- Material de Consumo - ficha 33

014110.302.0002.2004- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO LABORATORIO - 3339030000000- Material de Consumo - ficha 43

015110.302.0002.2005- MANUT. SERVIÇOS DE COLETA DE RESIDUOS S - 3339030000000- Material de Consumo - ficha 533.

17.2. Para o exercício futuro será informada nova rubrica orçamentária através de termo de apostilamento ao contrato.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CISNORTE

18.1. Constituir funcionário na qualidade de fiscal para acompanhar a execução da “ata de registro de preços” ou do futuro e eventual “contrato administrativo” em conformidade com o estabelecido no art. 67 da Lei 8.666/93.

18.2. Notificar, formalmente à “Adjudicatária” detentora da ata de registro de preços e ou do futuro e eventual contrato administrativo quando constatar o declínio na qualidade dos produtos ofertados em sua proposta de preços ou quaisquer irregularidades atinentes ao atendimento das cláusulas contratuais.

18.3. Aplicar as penalidades decorrentes de descumprimento das avenças pactuadas na Ata de Registro de Preços e ou no futuro e eventual contrato administrativo.

18.4. Providenciar os devidos pagamentos decorrentes das despesas efetivamente contraídas, nos prazos avençados na futura ata de registro de preços ou no futuro e eventual contrato administrativo.

18.5. Constituir Comissão Especial composta de no mínimo 03 (três) membros conforme estabelece o art. 15, § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, para acompanhamento do recebimento dos materiais e para acompanhamento dos preços registrado na ata de registro de preços, no confronto com os praticados no mercado, bem como para acompanhamento do cumprimento as obrigações por parte da Adjudicatária.

18.6. Ao CISNORTE se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte qualquer item do objeto se considerados em desacordo com os termos do presente instrumento convocatório/edital e seus anexos, devendo a Adjudicatária substituir os itens no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou reparar qualquer prejuízo eventualmente ocasionado ao próprio CISNORTE, bem como a terceiro em decorrência do fornecimento dos objetos desta licitação devidamente registrados na ata de registro de preços;

18.7. Aplica-se na presente licitação, no caso de formalização de contrato, a prerrogativa de acréscimo ou supressão, conforme estabelece o art. 12 da Portaria nº 011/2021 do CISNORTE, que regulamenta os procedimentos de registro de preços, limitado ao percentual de até 25% conforme previsto no art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

18.8. Acatar e intermediar pedido de “caroneiro” à Ata de Registro de Preços, em observância aos procedimentos pré-definidos em observância aos ditames legais.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

19.1. A Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preços deverá dar início no fornecimento do objeto, mediante recebimento das respectivas ordens de compras emitidas pelo Departamento de Compras do CISNORTE, onde a entrega e a emissão da nota fiscal deverá ser em conformidade com o requisitado, não se admitindo fracionamento na entrega dos objetos descritos na ordem de compra, devendo a entrega ser in loco (Cidade de Brasília de Minas/MG sede do CISNORTE) por conta e risco da Adjudicatária detentora da ata de registro de preços, entrega esta que deverá ser realizada no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data da ordem de fornecimento, em conformidade com o teor deste instrumento convocatório/edital, e de



acordo ainda com os ditames da Lei Federal nº. 10.520/02 e a Lei Federal de Licitação nº. 8.666/93 e suas alterações, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação.

19.2. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes desta licitação avocando para si reparos de quaisquer prejuízos decorrentes de fato supervenientes, isentado ao CISNORTE de qualquer corresponsabilidade.

19.3. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e ou vigência de contratos administrativos, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.4. Apresentar durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços bem como do contrato administrativo, quando solicitado pelo CISNORTE, documentos que comprovem estar cumprindo as obrigações para com o fisco na esfera Federal, Estadual e Municipal, objeto de apresentação de Certidões Negativas de Débitos para com o fisco na esfera Federal, Estadual ou Municipal.

19.5. Fica vedada ainda à futura Adjudicatária, a negociação de títulos, emitidas contra o CISNORTE, sob qualquer pretexto, em face da celebração da ata de registro de preços por conta do fornecimento dos objetos da presente licitação.

19.6. Será objeto de emissão de nota fiscal em conformidade com as exigências do fisco municipal e estadual, sujeitando a Adjudicatária em penalidades legais por descumprimento da obrigação.

19.7. Adjudicatária no ato da emissão na nota fiscal deverá mencionar o mesmo número do CNPJ indicado na proposta de preço e nos documentos de habilitação.

19.8. A proponente licitante, reconhece desde já que se declarado vencedor se compromete a realizar o fornecimento dos objetos registrado em sua ata de registro de preços sem interrupção por alegações de atraso de pagamento, exceto na ocorrência do atraso de pagamento for superior a 90 (noventa) dias conforme prescreve o art. 78, inciso XV da Lei 8.666/93, sob pena de incorrer em penalidades legais dentre elas penas pecuniárias, conforme descrito no anexo I - termo de referência e no anexo III - minuta do contrato administrativo, instrumentos estes que são partes integrante deste instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito.

19.9. Aceitar supressões ou acréscimos dos quantitativos registrados na ata de registro de preços conforme estabelece o art. 12 da Portaria 011/2021 do CISNORTE.

19.10. Avocar para si todas as despesas decorrentes do fornecimento dos itens objeto da presente licitação, isentando o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas - CISNORTE/MG, quaisquer despesas adicionais.

20. DA RESCISÃO

20.1. A Ata de Registro de Preços ou eventual Termo de Contrato poderá ser rescindido:

20.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;

20.1.2. Por acordo entre as partes, reduzido a termo;

20.1.3. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

20.2. Os casos de rescisão da Ata de Registro de Preços ou eventual Termo de Contrato, deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

20.3. Ocorrendo a rescisão da Ata de Registro de Preços ou eventual Termo de Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, a Administração responderá pelos preços constantes da Proposta Comercial, devido em face dos produtos efetivamente entregues pela contratada até a data da rescisão.

21. DA FISCALIZAÇÃO



21.1. O Contratante constituirá servidor na qualidade de fiscal de execução da ata de registro de preços e ou do eventual contrato administrativo conforme estabelece o art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93.

21.2. A fiscalização por parte do Contratante através servidor constituído para o fim, não reduz a responsabilidade da detentora da Ata de Registro de Preços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios inexistindo em qualquer circunstância, a corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

22. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

22.1. Os valores consignados no contratado serão reajustados após 12(doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IGP-M/FGV ou IPCA ou INPC conforme legislação aplicável, sendo que será aplicado sempre o percentual mais vantajoso para a Administração;

22.2. Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos termos da alínea “d”, inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, devendo o contratado manter sua proposta pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias após sua apresentação;

22.3. Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

- a) Indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item;
- b) Apresentar nota(s) fiscal(is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);
- c) Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;
- d) Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.
- e) O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

22.4. A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93.

23. DA ALTERAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU NO EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

23.1. Na ocorrência de celebração da ata de registro de preços, não será permitido aditamento de acréscimo ou supressão de quantitativos, nos termos do art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

23.2 Na ocorrência de celebração de eventual contrato administrativo a futura Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, conforme estabelece o art. 12 da Portaria nº 011/2021 do CISNORTE, que regulamenta os procedimentos de registro de preços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e será objeto de termo aditivo ao contrato administrativo.

24. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME



24.1. A Diretoria Executiva do CISNORTE, observadas razões de conveniência e oportunidade devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade mediante despacho fundamentado.

24.2. A anulação do procedimento convocatório/edital vincula à do instrumento contratual.

25. DOS CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei Federal de Licitação nº. 8.666/93, e demais cominações legais, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento convocatório/edital e ao anexo II - ata de registro de preços ou ao anexo III - contrato administrativo, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão das proponentes licitantes às condições deste instrumento convocatório/edital e seus anexos.

26.2. A proponente licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

26.3. Reserva-se à Pregoeira Oficial do CISNORTE, o direito de solicitar durante o julgamento do certame informações complementares.

26.4. No interesse do CISNORTE, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

26.4.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

26.4.2. Alterada as condições do presente edital com fixação de novo prazo para a sua realização.

26.5. Não se permitirá a qualquer das proponentes licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega.

26.6. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CISNORTE, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7. A Pregoeira, no interesse do CISNORTE, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei nº. 8.666/93.

26.8. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

26.9. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

26.10. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

26.11. Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

27. DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

27.1. A publicação dos atos administrativos será realizada diretamente no site do CISNORTE/MG e não obstante também no quadro de avisos localizado no Hall de entrada do prédio situado na Rod. MG 202 nº



1165 - Bairro Vale Verde I - Brasília de Minas-MG, onde funciona a sede administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas - CISNORTE/MG, demais atos administrativos, dentre eles (ata de registro de preços ou contratos e julgamentos), serão publicados no quadro de aviso do CISNORTE, site oficial do CISNORTE e no Diário dos Municípios Mineiros-AMM.

28. DOS ANEXOS

28.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório/edital, dele fazendo parte integrante:

28.1.1. Anexo I - Termo de Referência.

28.1.2. Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços.

28.1.3. Anexo III - Minuta do Contrato Administrativo.

28.1.4. Anexo IV - Declaração de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/edital e seus anexos, em conformidade com o inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02.

28.1.5. Anexo V - Declaração do cumprimento do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, em observância aos ditames do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

28.1.6. Anexo VI - Declaração de inexistência de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

28.1.7. Anexo VII - Modelo de Carta de Credenciamento.

28.1.8. Anexo VIII - Declaração de enquadramento ME ou EPP.

28.1.9. Anexo IX - Modelo da Proposta Comercial.

29. DO FORO

29.1. Fica eleito o foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, para dirimir qualquer dúvida ou conflito acerca do presente instrumento convocatório/edital, sob a renúncia de qualquer outra por melhores condições que venha oferecer.

Qualquer dúvida decorrente do presente instrumento convocatório/edital será esclarecida pelo departamento de licitação, através do e-mail: licitacao@cisnorte.com.br ou diretamente na sede do CISNORTE no endereço sito à Rod. MG 202 nº 1165 - Bairro Vale Verde I - CEP: 39.330-000 - Brasília de Minas/MG, durante o período de expediente normal do CISNORTE, qual seja das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

Brasília de Minas/MG, 22 de agosto de 2023.

Thaís Braga Botelho
Pregoeira Oficial do Cisnorte
Portaria nº 004, de 03.03.2022



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de disponibilizar recursos para a manutenção da limpeza e higienização das unidades deste Consórcio, proporcionando condições adequadas às suas atividades funcionais, justifica-se a abertura de processo licitatório através de registro de preços, conforme termos e condições constantes no presente Termo de Referência.

SINTESE DO OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa objetivando Registro de Preços para a futura e eventual "Aquisição de materiais e produtos de higiene e limpeza e copa e cozinha, de forma parcelada ao longo do exercício de vigência, destinados a atender as necessidades em âmbito do CISNORTE-MG.

OBSERVAÇÃO: "A participação na presente licitação é limitada a licitantes enquadrados como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e EQUIPARADAS, conforme o disposto no art. 48, inc. I da Lei Complementar 123/2006".

1. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS OBJETOS

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO MATERIAL/SERVIÇO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
01	50	Frasco	ÁCIDO MURIÁTICO. Ácido muriático também conhecido como ácido clorídrico removedor de manchas de alta concentração para uso geral. Embalagem de 01 lt, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Produto registrado na ANVISA/MS.	R\$ 11,08	R\$ 554,00
02	100	Frasco	ÁGUA SANITÁRIA. Água sanitária, embalagem de 01 litro. Teor de cloro ativo varia de 02 a 2,5%, produto biodegradável e germicida. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Cor levemente amarelo-esverdeada. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Produto registrado na ANVISA/MS.	R\$ 4,98	R\$ 498,00
03	100	Frasco	ALCOOL EM GEL. Alcool em gel etílico, hidratado, 70 graus GL, não aromatizado indicado para ação bactericida e antisséptico para as mãos, límpido, transparente e isento de resíduos. Acondicionado em embalagem plástica de 500 ml, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Produto registrado na ANVISA/MS.	R\$ 10,02	R\$ 1.002,00
04	20	Unidade	AVENTAL DOMÉSTICO DE NAPA. Avental doméstico de napa, sem manga, resistente e de fácil higienização.	R\$ 19,74	R\$ 394,80
05	20	Unidade	BORRIFADOR/PULVERIZADOR. Borrifador/pulverizador em polipropileno com gatilho manual 500 ml, para utilização de limpeza/higienização, recipiente plástico resistente, com opção de jato dirigido ou em leque e fechamento para evitar vazamento de líquidos.	R\$ 9,37	R\$ 187,40
06	6	Par	BOTA DE PVC BRANCA PARA LIMPEZA COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO CA. Bota de PVC branca para limpeza com Certificado de Aprovação CA do ministério do trabalho e emprego, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), cano extra curto, antiderrapante, impermeável, aprovado para proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. para serviços gerais. Numeração: 36 ao 40.	R\$ 77,36	R\$ 464,16
07	4	Unidade	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVA - 6 LITROS. Caixa organizadora com tampa e trava - 6 litros, em polipropileno translúcido resistente, formato retangular, para acondicionamento de gêneros alimentícios, tampa com travas permitindo uma boa	R\$ 44,16	R\$ 176,64



			vedação e laterais em formato anatômico para melhor manuseio, resistente ao impacto e arranhões. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber.		
08	20	Pacote	COLHER DESCARTÁVEL. Colher descartável resistente para refeições, tamanho médio, na cor transparente, virgem, atóxico, pacote com 50 unidades. Em conformidade com as normas ABNT.	R\$ 6,04	R\$ 120,80
09	80	Unidade	DESINFETANTE LIQUIDO. Desinfetante líquido para uso hospitalar com ação bactericida e germicida, fragrância de lavanda. Embalagem de 5 litros contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Produto registrado na ANVISA/MS.	R\$ 35,45	R\$ 2.836,00
10	5	Unidade	DETERGENTE ÁCIDO. Detergente ácido desincrustante para Limpeza manual de motores de veículos, chassis, baú de alumínio e remoção de materiais carbonizados. Composição: ácido dodecilbenzeno sulfônico, ácido clorídrico, coadjuvante, corante e veículo. Produto registrado ou notificado na ANVISA/MS. Bombona de 20 litros contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Diluição de 1/10 litros.	R\$ 403,78	R\$ 2.018,90
11	50	Unidade	DETERGENTE NEUTRO LÍQUIDO CONCENTRADO. Detergente neutro líquido concentrado para uso institucional, formulado para limpeza de louças, talheres, bancadas e outras superfícies laváveis etc. Embalagem de 05 litros contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Produto registrado na ANVISA/MS.	R\$ 26,62	R\$ 1.331,00
12	5	Unidade	DISPENSADOR DE PAPEL TOALHA INTERFOLIADO. Dispensador de papel toalha interfoliado composto de plástico com alta resistência ao impacto, processo de produção por injeção termoplástica, sistema de fechamento que dispensa chave, sistema interno o qual garante eficiência na saída papel folha a folha. O papel fica 3 cm acima da abertura de saída, garantindo economia no consumo. Habitáculo com todas as paredes revestidas o qual garante higiene, evitando umidade e poeira. Fixação antifurto através de buchas expansíveis fornecidas com aparelho.	R\$ 49,34	R\$ 246,70
13	3	Unidade	DISPENSADOR PARA DESCARTE COPOS. Dispensador para descarte copos 200 ml em plástico PVC, fixados em uma base plástica resistente.	R\$ 63,16	R\$ 189,48
14	15	Unidade	DISPENSER PARA ÁLCOOL EM GEL DE PAREDE. Dispenser para álcool em gel de parede fabricado em termoplástico de alta resistência ao impacto na cor branca; visor transparente, possibilitando visualização do conteúdo; sistema de fechamento exclusivo que dispensa chave; sistema bico dosador; pode ser usado com sabonete líquido ou álcool gel; acompanha reservatório de 800ml; acompanha buchas e parafusos para instalação. Dimensões: largura 10,5cm, profundidade 11cm, altura 25,5cm. Embalagem com os dados de identificação do produto, marca do fabricante, em conformidade com NBR vigentes.	R\$ 46,76	R\$ 701,40
15	15	Unidade	DISPENSER PARA SOBONETE LÍQUIDO. Dispenser para sabonete líquido em plástico ABS, capacidade mínima de 800 ml, fechadura de segurança, visor frontal, com parafusos e buchas de fixação, com válvula dosadora, com acionamento com botoeira de ejeção. Embalagem com os dados de identificação do produto, marca do fabricante, em conformidade com NBR vigentes.	R\$ 46,76	R\$ 701,40
16	5	Unidade	ESCOVA DE LAVAR MULTIUSO. Escova de lavar multiuso com base de plástico resistente, cerdas nylon macias, tamanho médio, alça anatômica.	R\$ 7,89	R\$ 39,45
17	10	Unidade	ESCOVA PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO EM NYLON.		



			Escova para limpeza de vaso sanitário em nylon, com suporte plástico. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	R\$ 13,67	R\$ 136,70
18	10	Pacote	ESPONJA DE LA DE AÇO CARBONO ABRASIVO PARA LIMPEZA. Esponja de lã de aço carbono abrasivo para limpeza em geral. Embalagem pacote com 08 unidades, peso líquido não inferior a 60 gramas, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	R\$ 4,18	R\$ 41,80
19	150	Unidade	ESPONJA SINTÉTICA DUPLA FACE. Esponja sintética dupla face. Dimensões: 110mm x 75mm x 20mm. Um lado em espuma poliuretano e o outro em fibra sintética abrasiva com bactericida, própria para limpeza de louças e talheres em geral. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	R\$ 2,45	R\$ 367,50
20	40	Unidade	FLANELA PARA LIMPEZA. Flanela para limpeza 100% algodão (branca e amarela) 30x50cm.	R\$ 4,11	R\$ 164,40
21	50	Unidade	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12% DE CLORO ATIVO. Hipoclorito de sódio 12% de cloro ativo, indicado para desinfecção de ambientes hospitalares, satisfatória ação bactericida frente as cepas Salmonella choleraesuis, staphylococcus aureus, produto biodegradável, embalagem fotossensível, ativo estabilizado, embalagem de 5 litros, contendo o nome do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e notificação ou registro na ANVISA/MS.	R\$ 62,76	R\$ 3.138,00
22	20	Frasco	LIMPADOR DE VIDRO EMBALAGENS DE 500 ML. Limpador de vidro embalagens de 500 ml eficaz na limpeza de vidros e espelhos em geral. Remove com facilidade resíduos de fuligem e poeira com excelente poder desengordurante, deixa uma película protetora no vidro evitando marcas e acúmulo de sujeira. Embalagem contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Produto registrado na ANVISA/MS.	R\$ 6,77	R\$ 135,40
23	50	Frasco	LIMPADOR MULTIUSO DE USO GERAL. Limpador multiuso de uso geral. Embalagens de 500 ml, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Produto registrado na ANVISA/MS.	R\$ 5,10	R\$ 255,00
24	3	Unidade	LIXEIRA RETANGULAR CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO 100 lts. Lixeira retangular confeccionada em polipropileno de alta densidade, resistente, com cesto interno e dotada de tampa com acionamento por pedal com capacidade para 100 litros na cor branca.	R\$ 321,98	R\$ 965,94
25	3	Unidade	LIXEIRA RETANGULAR CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO 30 lts. Lixeira retangular confeccionada em polipropileno de alta densidade, resistente, com cesto interno e dotada de tampa com acionamento por pedal com capacidade para 30 litros na cor branca.	R\$ 130,80	R\$ 392,40
26	3	Unidade	LIXEIRA RETANGULAR CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO 15 lts. Lixeira retangular confeccionada em polipropileno de alta densidade, resistente, com cesto interno e dotada de tampa com acionamento por pedal com capacidade para 15 litros na cor branca.	R\$ 85,72	R\$ 257,16
27	20	Par	LUVA 100% LÁTEX NATURAL COM FORRO. Luva 100% látex natural com forro, ante derrapante, com espessura 0,62mm. Tamanho P, M e G.	R\$ 10,34	R\$ 206,80
28	30	Par	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL. Luva de segurança confeccionada em látex natural, antiderrapante na palma, dedos e unhas, interior flocado com algodão. Tamanho P e M.	R\$ 10,10	R\$ 303,00
29	3	Unidade	MANGUEIRA DE BORRACHA COM 01 ESGUICHO REGULÁVEL. Mangueira de borracha com 01 esguicho regulável, abraçadeiras e	R\$ 144,97	R\$ 434,91



			adaptador de ¾ e ½ com arruela e vedação - 30mt.		
30	15	Unidade	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM ACRÍLICO. Óculos de proteção em acrílico.	R\$ 8,45	R\$ 126,75
31	4	Unidade	PÁ PARA LIXO. Pá para lixo, uso doméstico com cabo de plástico resistente medindo 80 cm, contendo a marca do fabricante no corpo do produto.	R\$ 10,20	R\$ 40,80
32	20	Unidade	PALITO DE DENTE. Palito de dente em madeira roliça (pinus), com extremidades finas, 65 mm de comprimento. Caixa com 100 unidades.	R\$ 1,40	R\$ 28,00
33	15	Pacote	PALITO ROLIÇO DE MADEIRA COM PONTA. Palito roliço de madeira com ponta, liso, sem rebarbas, medindo aproximadamente 25cmX4mm, acondicionada em embalagem plástica apropriada. Pacote com 50 unidades.	R\$ 7,93	R\$ 118,95
34	40	Unidade	PANO DE CHÃO. Pano de chão 100% algodão, lavado, alvejado e isento de detritos. Tamanho 50 cm x 70 cm aproximado, peso de 110 g.	R\$ 7,20	R\$ 288,00
35	30	Unidade	PANO DE PRATO. Pano de prato 100% algodão, liso, embainhado nas laterais, medindo aproximadamente 50x80cm, cor branca, absorvente/lavável e durável.	R\$ 5,78	R\$ 173,40
36	300	Pacote	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA SIMPLES. Papel higiênico folha simples de alta qualidade, texturizado e picotado. Fibras 100% celulósicas naturais na cor branca (100% branca), neutro, de primeira qualidade. Pacote com 4 rolos de 60 metros cada.	R\$ 6,76	R\$ 2.028,00
37	200	Pacote	PAPEL TOALHA INTERFOLHA. Papel toalha interfolha, 02 duas dobras, 100% celulose virgem, alta absorção, gofrado, cor branca de primeira qualidade, não reciclado. Acondicionados em pacote com 1.000 (mil) folhas cada.	R\$ 18,22	R\$ 3.644,00
38	10	Unidade	POTE DESCARTÁVEL 500 ml. Pote descartável 500 ml com tampa, em poliestireno, atóxico, cor branca ou transparente, de acordo com as normas da ABNT.	R\$ 2,67	R\$ 26,70
39	50	Pacote	PRATO RASO DESCARTÁVEL. Prato raso descartável para refeição, em poliestireno, atóxico, resistente, diâmetro 21 cm, na cor branca Pacote com 10 unidades contendo dados de identificação do produto e marca do fabricante.	R\$ 4,15	R\$ 207,50
40	150	Unidade	REFIL DE ÁLCOOL ANTI-SÉPTICO EM GEL. Refil de álcool anti-septico em gel - refil estéril em embalagem plástica transparente, com álcool Etilico Hidratado em Gel 70%, bactericida, adaptável a dispensador plástico fixo em parede, com válvula liberadora do gel, com capacidade mínima de 800 ml. Na embalagem deverá constar: identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Produto registrado na ANVISA/MS.	R\$ 14,75	R\$ 2.212,50
41	150	Unidade	REFIL DE SABONETE LIQUIDO NEUTRO. Refil de sabonete líquido neutro para higienização das mãos, para utilização em dispenser de parede (saboneteira dosadora), pronto para uso, aroma neutro, aspecto físico cremoso. Apresentação refil de 800 ml, contendo bico dosador e válvula contra vazamento. Na embalagem deverá constar: identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Produto registrado na ANVISA/MS.	R\$ 13,60	R\$ 2.040,00
42	5	Unidade	RODO COM BASE DE MADEIRA. Rodo com base de madeira com duas borrachas medindo 40 cm com cabo de madeira revestido e com rosca medindo 1,20m.	R\$ 18,20	R\$ 91,00
43	5	Unidade	RODO DE LIMPEZA. Rodo de limpeza - base de alumínio, borracha dupla com a base medindo 60 (sessenta) centímetros com cabo de alumínio (aço carbono) de 120 (cento e vinte) centímetros.	R\$ 52,34	R\$ 261,70
44	5	Pacote	SABÃO EM BARRA NEUTRO. Sabão em barra neutro, aspecto físico sólido, pacote com 05 barras de 200g cada. Embalagem contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade. Produto registrado na	R\$ 14,71	R\$ 73,55



013110.302.0002.2003- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE EM SAUDE- 333903000000- Material de Consumo - ficha 33

014110.302.0002.2004- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO LABORATORIO - 333903000000- Material de Consumo - ficha 43

015110.302.0002.2005- MANUT. SERVIÇOS DE COLETA DE RESIDUOS S - 333903000000- Material de Consumo - ficha 533. 3.

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP), é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para futuras e eventuais contratações do CISNORTE, conforme estabelecido no Art. 15 da Lei Federal de Licitação nº. 8.666/93 e de acordo com os ditames da Portaria 011/2021² do CISNORTE, que regulamenta os procedimentos de registro de preços.

3.2. A Ata de Registro de Preços é um instrumento vinculativo, com as condições de compromissos para a futura contratação, mantidos os preços conhecidos no desfecho do certame (fase de proposituras de lances), porém, não gera direito a Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preços de ver seus serviços ou produtos contratados.

3.3. A existência de preços registrados na ata não obriga a Administração, a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, sendo assegurado à Adjudicatária detentora da ata de registro de preços preferência em igualdade e condições, conforme estabelece art. 15 § 4º da Lei 8.666/93.

3.4. A celebração da Ata de Registro de Preços será processada formalmente somente após o Despacho de Homologação pela Autoridade Máxima do CISNORTE, e será elaborada detalhando conjunto de ações, qualificação da proponente licitante vencedor na fase da propositura de lances bem como registrando os preços por este ofertado, conforme modelo de ata acostada ao instrumento convocatório/edital.

3.5. A vigência da Ata de Registro Preços será o período de um ano a contar da data da sua assinatura, em observância ao descrito no art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93 e não será objeto de prorrogação.

3.6. Aplica-se exclusivamente aos contratos dos procedimentos de registro de preços, as regras do art. 65 § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, podendo ser formalizado termo aditivo para acréscimo ou supressão de quantidades até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

3.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer entidade que integre a Administração Pública na esfera federal, estadual ou municipal, mediante prévia consulta ao (Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE), através de ofício ou instrumento equivalente solicitando a adesão a ata de registro de preços, através dos procedimentos de “carona” e com o direito de contratar os quantitativos dentro dos limites estabelecidos no art. 12 da Portaria 011/2021 do CISNORTE.

3.8. Conforme descrito no subitem 3.7, caberá a “Adjudicatária” detentora da “Ata de Registro de Preços”, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não em contratar com o “Caroneiro”, desde que a aquisição de eventual objeto não prejudique as obrigações assumidas com o CISNORTE, através do Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE.

3.9. A bem do interesse público, dado que o CISNORTE integre a Administração Pública, os preços registrados na “Ata de Registro de Preços”, poderá ser revisto, e será objeto da obtenção de no mínimo 03 (três) orçamentos, e uma vez constatado que os preços sofreram redução o “Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE” deverá:

3.9.1. Convocar a “Adjudicatária” detentora da Ata de Registro de Preço visando negociação para redução de preços e sua adequação prudencial ao preço médio praticado no mercado;

² Regulamenta o Registro de Preços no âmbito do CISNORTE.



3.9.2. Frustrada a negociação, a “Adjudicatária” detentora da Ata de Registro de Preço será liberado do compromisso assumido, não se aplicando a esta qualquer penalidade;

3.9.3. O “Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE”, em observância ao descrito no subitem 3.9.2, objetivando minimizar os custos, convocará todos os proponentes licitantes que participaram no desfecho do certame para uma nova rodada de oferta de lances objeto de registro em nova ata de julgamento e futura elaboração de nova ata de registro de preços.

3.10. Quando o preço inicialmente registrado na respectiva “Ata de Registro de Preços”, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, e decorreu de solicitação formalizada pela “Adjudicatária”, detentora da ata de registro de preços, através correspondência dirigida ao “Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE”, acompanhada da nota fiscal que ensejou a propositura de preços quando do desfecho do certame bem como acompanhado da última nota fiscal que ensejou a aquisição do produto com novo preço, o “Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE” através do Departamento de Compras realizará a pesquisa no mercado e após a obtenção de no mínimo de 03 (três) orçamentos, e neste caso o “Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE” em observância as regras da Portaria 011/2021 do CISNORTE e de acordo com o circunstanciado no instrumento convocatório/edital que faz lei entre as partes, deverá:

3.10.1. Inicialmente liberar a “Adjudicatária” do compromisso avençado na “Ata de Registro de Preços”, sem aplicação de penalidades, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovação da majoração de preços apresentados, conforme detalhado no subitem 3.10, desde que este a Adjudicatária tenha atendida todas as ordens de fornecimento encaminhadas pelos requisitantes que integram a administração do CISNORTE.

3.10.2. Uma vez confirmada a veracidade das informações descritas no subitem 3.10, o “Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE” em busca de minimização de custos, através do Departamento de Licitação, convocará formalmente todos os licitante que participaram no desfecho do certame, incluindo a licitante detentora da ata de registro de preços, em igualdade de condições, com base no novo preço conhecido em detrimento do preço médio obtido em face dos 03 (três) novos orçamentos para a realização de procedimentos de uma nova rodada de lances e será objeto da elaboração de “Ata de Julgamento” onde após o desfecho será celebrada nova “Ata de Registro de Preço” para a adjudicação do item que sofreu majoração de preços.

3.11. Não logrando êxito, o Departamento de Licitação formulará correspondência ao “Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE”, relatando o ocorrido, onde o citado Órgão, buscando o cumprimento dos ditames legais revogará o item ou os itens da Ata de Registro de Preços, que sofreu majoração de preços, adotando medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, preferencialmente através de novo processo licitatório na modalidade de pregão presencial e que será objeto de divulgação ampla nos meios oficiais de comunicação.

3.12. Na opção do cancelamento do item ou dos itens objeto deste Termo de Referência, registrados na “Ata de Registro de Preço” celebrada quando do desfecho do certame, será formalizado por despacho da Autoridade Máxima do CISNORTE, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.13. A “Adjudicatária” detentora da Ata de Registro de Preços, terá sua “Ata de Registro de Preços” cancelada quando:

3.13.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

3.13.2. Recusar em assinar a Ata de Registro de Preços ou eventual contrato administrativo ou não atender a ordem de compra e ou requisição no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

3.13.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado, devidamente comprovado por preço médio em face de 03 (três) orçamentos perquirido pelo “Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE”, obedecida as regras detalhadas no item 3.10.2.

3.14. O cancelamento da ata de registro de preço nas hipóteses acima previstas, será formalizado por despacho da Autoridade Máxima do CISNORTE e será assegurado o contraditório e a ampla defesa.



3.15. Em conformidade com o detalhado no instrumento convocatório/edital, após conclusão dos trabalhos da Ata de Registro de Preços, a Adjudicatária será convocada formalmente pelo CISNORTE, para retirar a ata de registro de preços, junto ao Departamento de Licitação e a devolvê-lo no prazo de 03 (três) dias, devidamente assinado.

3.16. No caso da proponente licitante vencedora na fase de propositura de lances, denominada Adjudicatária, após ser convocada formalmente, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas no instrumento convocatório/edital, facultando por força de ditames legais o direito do CISNORTE, dado ao interesse público, chamar a proponente licitante remanescente para assinatura da Ata de Registro de Preços, desde que este aceite os preços propostos pela proponente licitante declarada vencedora na fase de conclusão dos lances, onde não logrando êxito na negociação convoca-se demais remanescentes pela ordem de classificação.

3.17. A Adjudicatária detentora da “Ata de Registro de Preços” que recusar o recebimento da ordem de compra e ensejar retardamento na entrega de quaisquer objetos devidamente registrado na ata, incorrerá em penalidades legais descritas no instrumento convocatório/edital, na minuta da ata de registro de registro de preços, na Lei Federal nº. 10.520/02 e na Lei Federal nº. 8.666/93, instrumentos estes que fazem parte integrante deste termo para todos os efeitos legais e de direito.

4. DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços, é um instrumento que serve de base para futuras e eventuais contratações, no entanto é um instrumento pactuado entre as partes e assemelha em parte ao contrato administrativo, onde consta as respectivas obrigações e as penalidades aplicáveis por descumprimento da obrigação, tal qual as definidas no instrumento convocatório/edital e na minuta do contrato administrativo.

4.2. A Ata de Registro de Preços, terá a vigência improrrogável de 12 (doze) meses a contar da data da sua emissão, conforme estabelece o art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

4.3. As solicitações dos materiais objeto desta licitação devidamente registrados na “Ata de Registro de Preços”, será precedida de ordem de compra específica e nota de empenho, ficando estabelecido entre as partes que estes instrumentos resguardam todos os direitos e obrigações, independentemente da não transcrição.

5. DA MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

5.1. Conforme estabelece art. 62 § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, a minuta do “Contrato Administrativo” faz parte integrante do instrumento convocatório/edital, facultado ao CISNORTE, na sua celebração, conforme estabelece o § 4º do supracitado dispositivo.

5.2. E conforme estabelece o caput e o § 4º do art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, o “Contrato Administrativo” poderá ser utilizado eventualmente e a efetiva contratação poderá ser substituído por simples ordem de compra e ou requisição devidamente empenhada a critério exclusivo do CISNORTE

6. DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

6.1. O pagamento das despesas decorrentes, será efetuado pela Tesouraria do CISNORTE, através depósito bancário ou TED em nome da “Adjudicatária”, até o 30º (trigésimo) dia a contar data da emissão da nota fiscal/ fatura devidamente empenhada e acompanhada de cópia das respectivas ordens de fornecimento emitida por servidor do CISNORTE, mediante apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

6.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

6.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, não superior a 10 (dez) dias, o valor da fatura não sofrerá acréscimos a qualquer título.

6.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, superiores a 10 (dez) dias, o valor da fatura sofrerá acréscimos com base no índice do IGPM.

7. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE



7.1. Os valores consignados no contrato serão reajustados após 12(doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IGP-M/FGV ou IPCA ou INPC conforme legislação aplicável, sendo que será aplicado sempre o percentual mais vantajoso para a Administração;

7.2. Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos termos da alínea “d”, inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, devendo o contratado manter sua proposta pelo período mínimo de 60(sessenta) dias após sua apresentação;

7.3. Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

a) Indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item;

b) Apresentar nota(s) fiscal(is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);

c) Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;

d) Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

e) O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

7.4. A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CISNORTE

8.1. Constituir funcionário na qualidade de fiscal para acompanhar a execução da “ata de registro de preços” ou do futuro e eventual “contrato administrativo” em conformidade com o estabelecido no art. 67 da Lei 8.666/93.

8.2. Notificar, formalmente à “Adjudicatária” detentora da ata de registro de preços e ou do futuro e eventual contrato administrativo quando constatar o declínio na qualidade dos produtos ofertados em sua proposta de preços ou quaisquer irregularidades atinentes ao atendimento das cláusulas contratuais.

8.3. Aplicar as penalidades decorrentes de descumprimento das avenças pactuadas na Ata de Registro de Preços e ou no futuro e eventual contrato administrativo.

18.4. Providenciar os devidos pagamentos decorrentes das despesas efetivamente contraídas, nos prazos avençados na futura ata de registro de preços ou no futuro e eventual contrato administrativo.

8.5. Constituir Comissão Especial composta de no mínimo 03 (três) membros conforme estabelece o art. 15, § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, para acompanhamento do recebimento dos materiais e para acompanhamento dos preços registrado na ata de registro de preços, no confronto com os praticados no mercado, bem como para acompanhamento do cumprimento as obrigações por parte da Adjudicatária.

8.6. Ao CISNORTE se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte qualquer item do objeto se considerados em desacordo com os termos do presente instrumento convocatório/edital e seus anexos, devendo a Adjudicatária substituir os itens no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou reparar qualquer prejuízo eventualmente ocasionado ao próprio CISNORTE, bem como a terceiro em decorrência do fornecimento dos objetos desta licitação devidamente registrados na ata de registro de preços;

8.7. Aplica-se na presente licitação, no caso de formalização de contrato, a prerrogativa de acréscimo ou supressão, conforme estabelece o art. 12 da Portaria nº 011/2021 do CISNORTE, que regulamenta os procedimentos de registro de preços, limitado ao percentual de até 25% conforme previsto no art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

8.8. Acatar e intermediar pedido de “caroneiro” à Ata de Registro de Preços, em observância aos procedimentos pré-definidos em observância aos ditames legais.

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ADJUDICATÁRIA



9.1. Fornecer os materiais, em observância ao teor do instrumento convocatório/edital e seus anexos, em conformidade com o requisitado (ordem de compra) e de acordo com a sua proposta de preço reformulada pós-lances, avocando para si a obrigação de entregar os objetos in loco (sede administrativa do CISNORTE, localizada na cidade de Brasília de Minas/MG) no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data da ordem de fornecimento, sob pena de incorrer em penalidades legais, pelo descumprimento da obrigação.

9.2. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes desta licitação avocando para si reparos de quaisquer prejuízos decorrentes de fato supervenientes, isentado ao CISNORTE de qualquer corresponsabilidade.

9.3. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e ou vigência de contratos administrativos, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.4. Apresentar durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços bem como do contrato administrativo, quando solicitado pelo CISNORTE, documentos que comprovem estar cumprindo as obrigações para com o fisco na esfera Federal, Estadual e Municipal, objeto de apresentação de Certidões Negativas de Débitos para com o fisco na esfera Federal, Estadual ou Municipal.

9.5. Fica vedada ainda à futura Adjudicatária, a negociação de títulos, emitidas contra o CISNORTE, sob qualquer pretexto, em face da celebração da ata de registro de preços por conta do fornecimento dos objetos da presente licitação.

9.6. Será objeto de emissão de nota fiscal em conformidade com as exigências do fisco municipal e estadual, sujeitando a Adjudicatária em penalidades legais por descumprimento da obrigação.

9.7. Adjudicatária no ato da emissão na nota fiscal deverá mencionar o mesmo número do CNPJ indicado na proposta de preço e nos documentos de habilitação.

9.8. A proponente licitante reconhece desde já que se declarado vencedor se compromete a realizar o fornecimento dos objetos registrado em sua ata de registro de preços sem interrupção por alegações de atraso de pagamento, exceto na ocorrência do atraso de pagamento for superior a 90 (noventa) dias conforme prescreve o art. 78, inciso XV da Lei 8.666/93, sob pena de incorrer em penalidades legais dentre elas penas pecuniárias, conforme descrito no anexo I - termo de referência e no anexo III - minuta do contrato administrativo, instrumentos estes que são partes integrantes do instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito.

9.9. Aceitar supressões ou acréscimos dos quantitativos registrados na ata de registro de preços conforme estabelece o art. 12 da Portaria 011/2021 do CISNORTE.

9.10. Avocar para si todas as despesas decorrentes do fornecimento dos objetos detalhados no quadro acima, isentando o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas - CISNORTE/MG, quaisquer despesas adicionais.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Por se tratar de quantitativos estimados na ata de registro de preços, não se obriga ao CISNORTE, na contratação dos quantitativos previstos na ata de registro de preços, nem tão pouco ao pagamento do valor total registrado na referida ata, mas sim o valor decorrente da aquisição dos objetos, em conformidade com as ordens de compras emitidas por funcionário do CISNORTE devidamente qualificado para o devido fim.

10.2. O entregador deverá conferir a mercadoria junto com a recepcionista (funcionário do CISNORTE devidamente constituído para o fim) e será objeto de recebimento provisório, mediante aceite na nota fiscal uma vez que o CISNORTE constituiu Comissão Especial para procedimentos de conferência e aceite definitivo dos objetos.

10.3. Este termo de referência faz parte integrante do instrumento convocatório/edital, da ata de registro de preços e da minuta do contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A licitante vencedora do certame que for convocada formalmente dentro do prazo de validade da sua proposta e, que se recusar injustificadamente a retirar a "Ata de Registro de Preços" ou eventual contrato administrativo, e devolvê-los devidamente assinada no prazo de 03 (três) dias, apresentar pendências junto



aos cadastros do CISNORTE, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços ou do eventual contrato administrativo, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio ao contraditório e da ampla defesa, ficar impedida de licitar e contratar com o CISNORTE, e será descredenciada no sistema de cadastramento de fornecedores, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global estimado na Ata de Registro de Preços ou eventual contrato administrativo, devidamente assinada pelas partes, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na minuta de contrato administrativo, em anexo, e das demais cominações legais.

11.2. Na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações avençadas na Ata de Registro de Preços ou no eventual contrato administrativo, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, será a ela aplicada, segundo a gravidade da falta cometida, as sanções estabelecidas ainda na minuta de contrato administrativo - anexo III que é parte integrante do instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, tudo isto em conformidade com a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

11.3. A Adjudicatária, pela inexecução total ou parcial do ajuste pactuado na “Ata de Registro de Preços” ou no eventual “Contrato Administrativo”, sujeitar-se-á ainda as seguintes sanções, sem prejuízo das demais estabelecidas pela Lei Federal n°. 8.666/93 e suas alterações, de:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CISNORTE, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme estabelece o art. 7º da lei 10.520/02;

11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CISNORTE ou com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

11.3.4. Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor registrado na “Ata de Registro de Preços” ou no eventual contrato administrativo, por irregularidade formal, e que eventualmente cause prejuízo ao erário;

11.3.5. No caso de reincidência será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor global estimado do contrato administrativo, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços quando for o caso, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela Diretoria Executiva do CISNORTE.

12. DA VIGÊNCIA E DO DIREITO DO USO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A vigência da Ata de Registro Preços será o período de um ano conforme estabelece o art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93 e não será objeto de prorrogação.

12.2. Por força de legislação pertinente a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer entidade da Administração Pública, através do procedimento de carona, mediante prévia consulta ao (Órgão Gerenciador - Diretoria Executiva do CISNORTE), para que este identifique os possíveis fornecedores, possíveis quantitativos disponíveis e respectivos preços a serem praticados, e realize formalmente consulta ao detentor da Ata de Registro de Preço se há interesse em celebrar contratação com o “Caroneiro”, ou seja, entidade de outra Administração Pública, isentando o CISNORTE de qualquer corresponsabilidade decorrente da futura contratação, conforme detalhado no anexo II - minuta da ata de registro de preços.

12.3. Conforme descrito no subitem anterior, caberá à empresa Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não na celebração de contrato com o “Caroneiro”, quando os quantitativos forem superiores aos previstos na Ata de Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, dado que é sabido que o direito do “Caroneiro” em adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos e valores registrados na “Ata de Registro de Preços”.

12.4. Conforme circunstanciado na Portaria nº 011/2021 do CISNORTE, o direito de participar como caroneiro na ata de registro de preços, limita-se ao quíntuplo dos quantitativos dos itens detalhados na ata de registro



de preços, conforme detalhado no subitem 3.7 do anexo I - termo de referência, que é parte integrante do instrumento convocatório/edital.

13. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1. As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, em original ou cópia legível autenticada por cartório competente, ou autenticação feita por servidor do CISNORTE devidamente credenciado, desde que neste último caso o interessado apresente os documentos em originais acompanhados de cópia, com vigência plena até a data fixada para abertura dos envelopes "documentação":

13.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA - (Art. 28)

- a) Registro Comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos membros da Diretoria;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA - (Art. 29)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Dívida Ativa da União e tributos administrados pela Receita Federal), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- c) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (Lei 12.440/2011).

13.4. DOCUMENTAÇÃO QUALIFICAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA - (Art. 31)

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da comarca sede da licitante. Não constando no documento o prazo de validade, este será de 90 (noventa) dias.

13.5 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – (Art. 30)

- a) Comprovação de aptidão através de atestado 01(um) ou mais atestado(s)/declaração(ões) de capacidade técnica, em nome da Licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando pactuação contratual para o fornecimento de insumos iguais ou semelhantes ao da presente licitação, em características, quantidades e prazos de execução, devendo o atestado conter além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Administração possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

A.1- O Município se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados/declarações, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos, Atas de Registro de Preço ou Aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

- b) Alvará Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária competente federal, estadual ou municipal da sede do domicílio do licitante, em vigor;



c) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitido pela ANVISA (Exigido somente para proponente de cosméticos e saneantes).

13.6. DECLARAÇÕES DIVERSAS

a) Declarações conforme modelos do Anexo IV, V e VI, que fazem parte integrante do instrumento convocatório/edital, para todos os efeitos legais e de direito, tudo isto em conformidade com a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Observações:

1. Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou autenticação feita por servidor do CISNORTE devidamente credenciado, desde que neste último caso o interessado apresente os documentos em originais acompanhados de cópia;

2. A não apresentação de qualquer documento exigido para a habilitação implicará na inabilitação da proponente/licitante

3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4. Com exceção de documentações extraídas via internet, toda documentação que for apresentada em sistema de cópia xérox a mesma deverá ser autenticada em cartório ou pelo servidor do setor de licitações, onde neste último caso é necessário apresentar o documento em original acompanhado de cópia xérox.

5. A licitante ME ou EPP, independentemente das prerrogativas da Lei Complementar nº. 123/06, Lei Complementar nº. 147/14, deverá apresentar as certidões perquiridas nas alíneas (b,c,d) do subitem 13.3, mesmo que vencidas, sob pena de inabilitação.

6. De acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº. 123/2006 e o art. 4º do Dec. nº 6.204/2007, e em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº. 147/2014 e demais alterações, em se tratando a licitante vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte, e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CISNORTE, contados da decisão da Pregoeira que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado a Pregoeira convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou propor a revogação do Pregão.

Brasília de Minas, 01 de julho de 2023

Delson Fernandes Antunes Junior
Diretor Executivo do CISNORTE



CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR GLOBAL

4.1. Os preços ofertados pela empresa, detentora desta ata de registro de preços são constantes da cláusula primeira, observado qual seja os valores da proposta de preço reformulada pós-lances, estimando um valor global estimado em R\$......(.....).

4.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata serão observadas ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº. 10.520/02, e demais legislações pertinentes, bem como em observância às condições constantes do instrumento convocatório/edital, e no anexo I - termo de referência, instrumentos estes que integram a presente ata de registro de preços, objeto do Processo Licitatório N° 024/2023 - Pregão Presencial nº 007/2023 – Registro de Preços.

4.3. Considerando que os quantitativos dos objetos são estimados, não se obriga ao **CISNORTE** na obrigação da aquisição de todos os quantitativos previstos no subitem 1.1 da cláusula primeira nem ao pagamento do valor global descrito no subitem 4.1 e sim ao pagamento por conta do fornecimento de eventuais objetos requisitados através ordem de compra.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. O prazo para a entrega dos materiais será de 05 (cinco) dias a partir do recebimento da Ordem de Compra, sob pena da “**Adjudicatária**” incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação.

5.2. O local da entrega dos materiais será in loco (cidade de Brasília de Minas/MG - sede do CISNORTE), por conta a risco da “**Adjudicatária**”, isentando o “**CISNORTE**” de qualquer despesa adicional.

CLÁUSULA SEXTA - DO EMPENHAMENTO DA DESPESA

6.1. O empenhamento da despesa será processado pelo departamento de contabilidade mediante recebimento da ordem de compra emitida pelo departamento de compras e em observância ao descrito no contrato administrativo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento das despesas decorrentes da efetiva entrega dos objetos, será efetuado pela Tesouraria do “**CISNORTE**” através depósito bancário ou TED em nome da **Adjudicatária**, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal/fatura devidamente empenhada e acompanhada de cópia das respectivas ordens de fornecimento emitida por servidor do CISNORTE, mediante apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

7.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

7.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, não superior a 10 (dez) dias, o valor da fatura não sofrerá acréscimos a qualquer título.

7.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, superiores a 10 (dez) dias, o valor da fatura sofrerá acréscimos com base no índice do IGPM.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As empresas detentoras da presente ata de Registro De Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo a entrega deles decorrente estiver prevista para a data posterior a do seu vencimento e desde que tenha instrumento contratual que garanta a obrigação entre as partes conforme estabelecido no art. 62 § 4º da lei 8.666/93.

8.2. Se a qualidade dos materiais entregues não corresponder às especificações exigidas, no instrumento convocatório/edital e no anexo I - termo de referência que precedeu a celebração da Ata de Registro de Preços, os mesmos serão devolvidos à detentora da ata, para procedimentos de substituição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação.



CLÁUSULA NOVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Aos detentores desta Ata que descumprirem total ou parcialmente o objeto celebrado com o **CISNORTE** serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal 8.666, de 1993, obedecidos os seguintes critérios:

9.1.1. Na ocorrência da recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços, pelas Adjudicatárias com propostas classificadas na licitação quando do desfecho do julgamento da licitação e indicadas para registro dos respectivos preços no presente instrumento de registro, ensejará a aplicação da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total registrado na ata de registro de preço elaborada em conformidade com a ata de julgamento do desfecho do certame;

9.1.2. Advertência formal, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo ao **“CISNORTE”**;

9.1.3. Ocorrendo atraso na entrega de materiais objeto de emissão de ordem de compra à Detentora desta Ata de Registro de Preços, ser-lhe á aplicada multa pecuniária de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da ordem de compra com entrega pendente constituindo-se a mora independente de notificação ou interpelação, limitado ao percentual de até 10% (dez por cento) o que correspondente a 10 (dez) dias de atraso;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços na ocorrência de reincidência de atraso no cumprimento da obrigação de entregar o produto no prazo avençado;

9.1.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com o **“CISNORTE”**, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme estabelece do art. 7º da Lei 10.520/02, decorrentes de inexecução da obrigação de que se resulte prejuízo para o Consórcio;

9.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **“CISNORTE”**, enquanto perdurarem os motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, ou atrasos ou inexecução associem-se á pratica de ilícito penal;

9.1.7. A penalidade de multa pecuniária deverá ser recolhida aos cofres do **“CISNORTE”** no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data da notificação, sob pena de desconto do valor em eventuais créditos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

10.1. Os valores consignados no contrato serão reajustados após 12(doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IGP-M/FGV ou IPCA ou INPC conforme legislação aplicável, sendo que será aplicado sempre o percentual mais vantajoso para a Administração;

10.2. Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos termos da alínea “d”, inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, devendo o contratado manter sua proposta pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias após sua apresentação;

10.3. Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

a) Indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item;

b) Apresentar nota(s) fiscal(is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);

c) Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;

d) Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.



e) O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

10.4. A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS OBJETOS REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 73, II “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93, e demais normas pertinentes.

11.2. A cada fornecimento serão emitidos instrumentos comprovando recebimento, nos termos do art. 73, II “a” e “b”, da lei federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pelo Órgão Gerenciador do CISNORTE, através de pedido formal pelo Departamento de Compras encaminhado Diretoria Executiva do CISNORTE, justificando as razões do pedido, quando:

12.1.1. A “**Adjudicatária**” detentora da Ata de Registro de Preços não cumprir com as suas obrigações constantes desta Ata;

12.1.2. A “**Adjudicatária**” detentora da Ata de Registro de Preços não aceitar ou retirar qualquer ordem de compra no prazo estabelecido e o **CISNORTE** não aceitar sua justificativa;

12.1.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de futuro e eventual contrato administrativo, se assim for decidido pela Diretoria Executiva do CISNORTE;

12.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

12.1.5. Por razões de interesse público do “**CISNORTE**” devidamente demonstrados e justificados pela Diretoria Executiva do CISNORTE;

12.1.6. Pela **Adjudicatária** detentora da Ata de Registro de Preço, quando mediante solicitação formal, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo ao CISNORTE quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art.78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/94;

12.1.7. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao CISNORTE a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Nona, caso não aceite as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Integram esta Ata de Registro de Preço, o instrumento convocatório/edital objeto do Pregão Presencial nº 007/2023, o anexo I - termo de referência e o anexo III - minuta do contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/94, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO



14.1. Fica eleito o foro desta Comarca de Brasília de Minas/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem de pleno acordo, foi o presente Termo lavrado em duas vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília de Minas/MG, de de

Delson Fernandes Antunes Junior
Diretor Executivo do CISNORTE
CISNORTE

Nome>>>>>>>>
Empresa>>>>>>>>
ADJUDICATÁRIA

TESTEMUNHAS:

_____ CPF: _____ - _____

_____ CPF: _____ - _____



3.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, não superior a 10 (dez) dias, o valor da fatura não sofrerá acréscimos a qualquer título.

3.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, superiores a 10 (dez) dias, o valor da fatura sofrerá acréscimos com base no índice do IGPM.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do presente contrato administrativo contar-se-á da data da sua assinatura e encerrar-se-á no dia .../.../.....

CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

5.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

011110.122.0002.2001- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS- 3339030000000- Material de Consumo - ficha 9

012110.302.0002.2002- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM SAUDE - 3339030000000- Material de Consumo - ficha 23

013110.302.0002.2003- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE EM SAUDE- 3339030000000- Material de Consumo - ficha 33

014110.302.0002.2004- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO LABORATORIO - 3339030000000- Material de Consumo - ficha 43

015110.302.0002.2005- MANUT. SERVIÇOS DE COLETA DE RESIDUOS S - 3339030000000- Material de Consumo - ficha 533.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 Do CONTRATANTE

6.1. Constituir funcionário na qualidade de fiscal para acompanhar a execução do contrato administrativo em conformidade com o estabelecido no art. 67 da Lei 8.666/93.

6.2. Notificar, formalmente à **CONTRATADA** quando constatar o declínio na qualidade dos produtos ofertados em sua proposta de preços ou quaisquer irregularidades atinentes ao atendimento das cláusulas contratuais.

6.3. Aplicar as sanções administrativas à **CONTRATADA** em caso de inadimplemento das avenças contratuais, em conformidade com o que prescreve a cláusula sétima e de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93.

6.4. Providenciar os devidos pagamentos no prazo avençado, qual seja até o 30º (trigésimo) dia a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada de cópia das respectivas ordens de fornecimento emitida por servidor do CISNORTE, mediante apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

6.2. Da CONTRATADA

6.2.1. Disponibilizar os materiais com entrega in loco (sede administrativa do CISNORTE, localizada na cidade de Brasília de Minas/MG) por sua conta e risco no prazo de até 5 (cinco) dias a contar da data ordem de fornecimento, mantido os preços descritos na Ata de Registro de Preços e em observância ao que



detalhado no anexo I - termo de referência, e em observância ainda aos ditames da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.2.2. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes desta licitação avocando para si reparos de quaisquer prejuízos decorrentes de fato supervenientes, isentado ao CISNORTE de qualquer corresponsabilidade.

6.2.3. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e ou vigência de contratos administrativos, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.4. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais para com o fisco federal, estadual e municipal decorrentes do fornecimento do objeto.

6.2.5. Assumir ainda todas as despesas decorrente com mão de obra acrescida com os respectivos encargos sociais, trabalhista, decorrentes da entrega dos materiais ser realizada in loco (Cidade Brasília de Minas/MG - sede do CISNORTE), isentando o Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas - CISNORTE/MG, de qualquer despesa adicional.

6.2.6. Fornecer e emitir nota fiscal em conformidade com os quantitativos previstos na respectiva ordem de compra, não se admitindo entrega fracionada.

CLÁUSULA SETIMA - DAS SANÇÕES

7.1. O descumprimento, por parte da **CONTRATADA** das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes sanções:

7.1.1. Advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

7.1.2. Ocorrendo atraso na entrega de materiais objeto de emissão de ordem de compra à **CONTRATADA**, ser-lhe á aplicada multa pecuniária de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da ordem de compra com entrega pendente constituindo-se a mora independente de notificação ou interpelação, limitado ao percentual de até 10% (dez por cento) o que correspondente a 10 (dez) dias de atraso;

7.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação na ocorrência de reincidência de atraso no cumprimento da obrigação de entregar o produto no prazo avençado;

7.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com o “**CISNORTE**”, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme estabelece do art. 7º da Lei 10.520/02, decorrentes de inexecução da obrigação de que se resulte prejuízo para o Consórcio;

7.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o “**CISNORTE**” ou com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, ou atrasos ou inexecução associem-se á pratica de ilícito penal.

7.2. A penalidade de multa pecuniária deverá ser recolhida aos cofres do “**CISNORTE**” no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data da notificação, sob pena de desconto do valor em eventuais créditos.

7.3. A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante a execução deste contrato, compatível com as obrigações avençadas, todas as condições de habilitação e qualificação e será objeto de exigência do **CONTRATANTE** quando julgar necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

8.1.2. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.



8.1.3. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

8.2. Os casos de rescisão do Termo de Contrato, deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Ocorrendo a rescisão do Termo de Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, a Administração responderá pelos preços constantes da Proposta Comercial, devido em face dos produtos efetivamente entregues pela contratada até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO

9.1. Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a **CONTRATADA** reconhece, de logo, o direito do **CONTRATANTE** de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas que vão a seguir discriminadas:

9.1.1. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**;

9.1.2. A utilização, pelo **CONTRATANTE**, do direito a ele assegurado no subitem anterior, não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais recursos postos à disposição da **CONTRATADA** disposição por este contrato, não cabendo, no entanto, à **CONTRATADA**, reivindicações de quaisquer naturezas em consequência da aplicação das penalidades impostas pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

10.1. Nos casos omissos neste Termo de Contrato Administrativo, serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

12.1.1. Aplicar-se-á a este Contrato, as prerrogativas previstas nos ditames do § 1º do art. 65 da Lei Federal de Licitação de n.º 8.666/93;

12.1.2. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a transferência das obrigações objeto deste contrato Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o foro da cidade de Brasília de Minas/MG, para dirimir eventuais questões relacionadas com este Contrato Administrativo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, foi o presente Termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília de Minas/MG,de de

Delson Fernandes Antunes Junior
Diretor Executivo do CISNORTE
CONTRATANTE

Nome:>>>>>>
Empresa:>>>>
CONTRATADA



TESTEMUNHAS:

_____ CPF: _____ - _____

_____ CPF: _____ - _____



ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DITAMES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO/EDITAL E SEUS ANEXOS

**PROCESSO LICITATORIO Nº 024/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023**

DECLARAÇÃO

Para efeito da licitação em epigrafe, o signatário da presente declaração, abaixo assinado, em nome da empresa (.....qualificar.....), e em conformidade com o disposto na lei federal de licitação nº. 8.666/93 “**Declara**” que:

- a) Tomou conhecimento e concorda com todas as condições estabelecida no instrumento convocatório/edital e seus anexos, objeto do Processo Licitatório nº 024/2023 - Pregão Presencial nº 007/2023, e que não existe fato impeditivo quanto a participação da empresa qualificada acima em participar no certame até a presente data, bem como devemos declará-los caso venha a ocorrer durante a execução do futuro contrato administrativo, caso a mesma seja declarada vencedora do certame;
- b) No tocante aos requisitos de habilitação e que toda “Documentação/habilitação”, apresentada são de nossa autoria e responsabilidade e que nos preços apresentados em nossa “Proposta Comercial” estão inclusas todas as obrigações financeiras dentre elas encargos sociais e trabalhistas, bem como os demais constantes do referido instrumento licitatório e seus anexos;
- c) Sob pena de ação penal que nenhum dirigente, gerente ou sócio, responsável técnico, membro do corpo técnico ou administrativo da declarante, pertence ao quadro temporário ou permanente do Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas - CISNORTE/MG;
- d) Renuncia a qualquer indenização ou compensação, a qualquer título ou pretexto, em decorrência da participação desta empresa na supramencionada licitação;
- e) Não obstante, declara ainda sob pena da lei que não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública nas esferas Municipais, Estaduais e/ou Federal.

Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente para um só efeito.

Local/Data:/...../.....

Nome do signatário
CPF nº: >>>>>>>>

Observações: Constituindo representante, esta declaração deverá ser entregue pelo representante da proponente licitante, diretamente à Pregoeira Oficial do CISNORTE no ato do credenciamento, não constituindo representante esta declaração poderá ser anexada junto com a proposta de preços, e enfeixada no envelope 01, sob pena de inabilitação.



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023

SINTESE DO OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa objetivando Registro de Preços para a futura e eventual "Aquisição de materiais e produtos de higiene e limpeza e copa e cozinha, de forma parcelada ao longo do exercício de vigência, destinados a atender as necessidades em âmbito do CISNORTE-MG.

DECLARAÇÃO

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº.....,

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (.....)

Local/data..... de de

(Assinatura representante legal)

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima. Esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação e enfilexada no envelope (02), sob pena de inabilitação.



ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INIDONEIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

SINTESE DO OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa objetivando Registro de Preços para a futura e eventual “Aquisição de materiais e produtos de higiene e limpeza e copa e cozinha, de forma parcelada ao longo do exercício de vigência, destinados a atender as necessidades em âmbito do CISNORTE-MG”.

DECLARAÇÃO

A empresa.....(...qualificar...), através do seu signatário/representante legal.....(.....qualificar.....), abaixo assinado, “**Declara**” que não está sob efeito de nenhuma “declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública na esfera federal, estadual ou municipal, nos termos do Inciso IV, do Art. 87, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico financeira. Não obstante, “**Declara**” ainda, que está ciente que a falsidade das informações fornecidas pode acarretar devolução dos recursos financeiros recebidos, acrescidos de juros e correção monetária, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração em uma via e para um só efeito.

Local/Data:de.....de

Assinatura do Declarante

Observação: Esta declaração deverá ser colocada junto com a documentação habilitação e enfeixada no envelope nº 02, sob pena de inabilitação da proponente licitante.



ANEXO VII - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTAÇÃO

Ao

Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas - CISNORTE/MG
At. PREGOEIRA OFICIAL DO CISNORTE
BRASILIA DE MINAS-MG

Prezado Senhor,

A empresa..... (.... qualificar), credencia o Sr. (.... qualificar....) para representá-la em todos os atos e reuniões relativas à Licitação, inerente ao Processo Licitatório n° 024/2023 - Pregão Presencial n° 007/2023, que tem como objeto a seleção de proposta mais vantajosa objetivando Registro de Preços para a futura e eventual "Aquisição de materiais e produtos de higiene e limpeza e copa e cozinha, de forma parcelada ao longo do exercício de vigência, destinados a atender as necessidades em âmbito do CISNORTE-MG".

Não obstante certifica que o mesmo está autorizado a assinar atas, rubricar documentações e proposta comercial, assinar e apresentar instrumento de interposição de recursos e contestações, receber intimações e notificações, desistir expressamente dos prazos recursais, enfim, praticar todos os atos necessários objeto do Processo Licitatório em referência.

Local/Data _____, de _____ de

Assinatura do representante
(Reconhecer firma em cartório)

Observação: Este documento só deverá ser emitido no caso do envio de representante devidamente credenciado, o qual deverá ser entregue diretamente à Pregoeira Oficial do CISNORTE, no ato da abertura do certame para fins credenciamento. Este modelo é exemplificativo e poderá ser substituído por qualquer sistema de procuração formal desde que tenha reconhecimento de firma do cedente.



ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PROCESSO LICITATORIO Nº 024/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

SINTESE DO OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa objetivando Registro de Preços para a futura e eventual “Aquisição de materiais e produtos de higiene e limpeza e copa e cozinha, de forma parcelada ao longo do exercício de vigência, destinados a atender as necessidades em âmbito do CISNORTE-MG”.

DECLARAÇÃO

A empresa (.....qualificar.....), através do seu representante abaixo assinado “**Declara**”, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como enquadra ainda nas prerrogativas da Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local/Data..... de de.....

Nome:>>>>>>

CPF:>>>>>>

Observação: A empresa na qualidade de (MICRO e EPP) deverá anexar a declaração de enquadramento junto com a documentação de credenciamento, as empresas que não tiverem representante para participação da Sessão Pública do Pregão deverão apresentar e enfeixar no envelope 01, sob pena de perda dos benefícios das supras citadas Leis.



PROTOCOLO DE ENTREGA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO/E ANEXOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023

SINTESE DO OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa objetivando Registro de Preços para a futura e eventual “Aquisição de materiais e produtos de higiene e limpeza e copa e cozinha, de forma parcelada ao longo do exercício de vigência, destinados a atender as necessidades em âmbito do CISNORTE-MG”.

Recebi do Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas, o instrumento convocatório/edital e seus anexos relativos ao Processo Licitatório nº 024/2023 - Pregão Presencial Nº 007/2023.

NOME PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE: (.....)

LOCAL/DATA:, de de

(Assinatura e CPF do responsável)